



88001029 116/2016	35/7/2016	2820 10/08/2016	-	31.07 a 04.08.2016	4.5	33101000116004152	01.09.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos relacionados a este Parquet de Contas.	1.523,56	6.856,02	19.09.2016	0,00		
	39/2/2016	2852 26/09/2016	-	07 a 10.09.2016	3.5	33101000116004306	19.09.2016	3.529,26	RIO DE JANEIRO - RJ	Participar do 1º Encontro PUC-Rio de Sensibilização, Acessibilidade e Inclusão e II Semana de Acessibilidade da PUC- Rio.	1.008,36	3.529,26	23.11.2016	0,00-		
	531/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	23 a 24.11.2016	1.5	33101000116005175	22.11.2016	1.512,54	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos relacionados a este Parquet de Contas.	1.008,36	1.512,54	02.12.2016	0,00-		
	425/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	27 a 30.09.2016	3.5	33101000116005191	01.12.2016	5.332,46	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos relacionados a este Parquet de Contas.	1.523,56	5.332,46	20.12.2016	0,00		
<b>TOTAL EMPENHADO NO ANO</b>																
							<b>21.039,18</b>	<b>21.039,18</b>	<b>TOTAL DE DIÁRIAS RECEBIDAS NO ANO</b>						<b>21.039,18</b>	<b>Total Restituído</b>
BISMARCK DIAS DE AZEVEDO PROCURADOR DE CONTAS 8800078 029/2016	085/2016	2744 19/04/2016	-	02 a 05.03.2016	3.5	33101000116000408	29.02.2016	5.332,43	BRASILIA E SÃO PAULO	No dia 03 de Março de 2016, na cidade de Brasília - DF, para participar da cerimônia de posse da nova diretoria das Instituições (ORB, Abracem e Audiscom) e a São Paulo, SP no dia 04 De Março de 2016, para participar da palestra „Divida Pública em Contexto de Crise Europeia e Mundial“.	1.523,56	5.332,43	07.03.2016	0,00		



101/2016	2746 25/04/2016	-	13 a 17.03.2016	4.5	33101000116000777	10.03.2016	6.855,98	BRASILIA - DF	dia 14 de Março de 2016 para participar da reunião com a Diretoria da AMPCON, que incluíra assuntos relacionados com ADE 4725, dia 15 de Março de 2016 para participar da Sessão de Julgamento no processo CNMP de Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000470/2014 e no dia 16/03/2016 uma visita técnica ao MPC-DF com a Procuradora Geral Drª Cláudia Fernanda Oliveira Pereira.	1.523,56	6.855,98	28.03.2016	0,00
150/2016	2746 25/04/2016	-	26.04 a 01.05.2016	5.5	33101000116001511	08.04.2016	8.379,53	FORTALEZA - CE	Participar da XIV Edição do Congresso Internacional de Direito Constitucional.	1.523,56	8.379,53	15.06.2016	8.379,53
204/2016	2763 18/05/2016	-	13 a 23.05.2016	10.5	33101000116001862	09.05.2016	31.994,55	MIAMI - FLÓRIDA	Participar do RCGFM 30th	3.047,10	31.994,55	31.05.2016	0,00
230/2016	2774 06/06/2016	-	05 a 13.06.2016	8.5	33101000116002125	30.05.2016	12.950,18	GRAMADO - RS	Participar da semana de atualizações jurídicas: VII CONGRESSO DO MERCOSUL DE DIREITO DE FAMILIA nos dias 06 e 07, JORNADA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL nos dias 08 e 09, XXI JORNADA INTERNACIONAL DE DIREITO nos dias 10 e 11.	1.523,56	12.950,18	30.06.2016	
368/2016	2836 01/09/2016	-	14 a 16.08.2016	2.5	33101000116003695	11.08.2016	3.808,88	BRASILIA - DF	Participar da Reunião da Diretoria da AMPCON, realizada no Gabinete do Dr. Julio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto	1.523,56	3.808,88	14.10.2016	0,00

BISMARCK DIAS  
DE AZEVEDO  
PROCURADOR DE  
CONTAS  
8800078  
029/2016



BISMARCK DUAS DE AZEVEDO PROCURADOR DE CONTAS		390/2016		10.5		19.09.2016		31.08.2016		31.994,55		DUBLIN - IRLANDA		Participar do 21st Annual Conference & General Meeting of the International Association of Prosecutors		3.047,10		31.994,55		14.10.2016		0,00	
8800078 029/2016		2858 04/10/2016		10.5 19.09.2016		33101000116003822		31.08.2016		31.994,55		DUBLIN - IRLANDA		Participar do 21st Annual Conference & General Meeting of the International Association of Prosecutors		3.047,10		31.994,55		14.10.2016		0,00	
430/2016		2877		4.5 28.10.2016		33101000116004691		20.10.2016		6.856,02		FLORIANOPOLIS - SC		Participar do XIII Congresso Nacional da AMPICON.		1.523,56		6.856,02		01.12.2016		0,00	
464/2016		2866 18/10/2016		1 23 a 23.10.2016		33101000116005663		28.12.2016		3.047,10		PUNTA CANA - REPUBLICA DOMINICANA		Diferença de diária referente a CD nº 193.		3.047,10		3.047,10		30.12.2016		0,00	
430/2016		2877 04/11/2016		1 29 a 29.10.2016		33101000116005671		28.12.2016		1.523,56		FLORIANOPOLIS - SC		Diferença da CD nº 194/2016		1.523,56		1.523,56		30.12.2016		0,00	
										112.742,78		TOTAL DE DIARIAS RECEBIDAS NO ANO						104.363,25		Total Restituído		8.379,53	
DIOGO NOVAES FORTES PROCURADOR DE CONTAS		2744 19/04/2016		2.5 15 a 17.02.2016		33101000116003335		15.02.2016		3.808,88		BRASILIA - DF		participar da reunião do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Contas e CNPGC, a ser realizado no gabinete da Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora Geral do MPC/DF.		1.523,56		3.808,88		25.02.2016		0,00	
221/2016		2763 18/05/2016		4.5 18 a 22.05.2016		33101000116001935		13.05.2016		6.856,02		SAO PAULO - SP		Participar do "VII Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas"		1.523,56		6.856,02		10.06.2016		0,00	
388/2016		2840 08/09/2016		3.5 31.08 a 03.09.2016		33101000116003792		30.08.2016		5.332,46		RIO DE JANEIRO - RJ		Participar do XIII Congresso Internacional de Direito Financeiro.		1.523,56		5.332,46		19.09.2016		0,00	
400/2016		2852 26/09/2016		6.5 11 a 17.09.2016		33101000116004136		08.09.2016		9.903,14		SAO PAULO - SP		Participar do XVII SINACOP - "Obras Públicas: Planejamento e Fiscalização no Combate à Corrupção".		1.523,56		9.903,14		19.10.2016		0,00	



DIOGO NOVAES FORTES PROCURADOR DE CONTAS 88000004 027/2016	421/2016	2858 04/10/2016	19 a 24.09.2016	5.5	33101000116004292	19.09.2016	8.379,58	PALMAS - TO	Participar do Fórum de Processualística: O Novo Código de Processo Civil e Sua Aplicação Subsidiária aos Tribunais de Contas e do V Encontro JURISTIC's - Jurisprudências nos Tribunais de Contas.	1.523,56	8.379,58	19.10.2016	0,00
	461/2016	2877 04/11/2016	24 a 28.10.2016	4.5	33101000116004683	20.10.2016	6.856,02	FLORIANOPOLIS - SC	Participar do XIII Congresso Nacional da AMPCON.	1.523,56	6.856,02	08.11.2016	0,00
	421/2016	2858 04/10/2016	25 a 25.09.2016	1	33101000116005701	28.12.2016	1.523,56	PALMAS - TO	Diferença da CD nº 164/2016.	1.523,56	1.523,56	30.12.2016	0,00
<b>TOTAL DE DIÁRIAS RECEBIDAS NO ANO</b>													
<b>42.659,66</b>													
PAULO SERGIO OLIVEIRA DE SOUSA PROCURADOR GERAL DE CONTAS 88000060 001/2016	001/2016	2747 26/04/2016	06 a 09.01.2016	3.5	33101000116000992	05.02.2016	5.332,46	MACEIO - AL	Tratar de cooperação técnica entre o MPC/RR e o MPC/AL.	1.523,56	5.332,46	17.02.2016	0,00
	032/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	12 a 16.01.2016	4.5	33101000116000106	05.02.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos relacionados ao concurso de Procurador de Contas do MPC junto ao CESPE	1.523,56	6.856,02	17.02.2016	0,00
	031/2016	2795 06/07/2016	06 a 15.02.2016	9.5	33101000116000173	05.02.2016	28.947,45	MIAMI - FLORIDA / USA	Para participar do 21º International Academic Conference.	3.047,10	28.947,45	23.02.2016	0,00
	037/2016	2747 26/04/2016	28 a 30.01.2016	2.5	33101000116000181	05.02.2016	3.808,90	MANAUS - AM	Realizar visita técnica ao CIESA para tratar do Termo de Cooperação e visita a AMAZONPREV	1.523,56	3.808,90	23.02.2016	0,00
	077/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	15 a 19.02.2016	4.5	33101000116000297	05.02.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Órgão.	1.523,56	6.856,02	22.03.2016	0,00
	069/2016	2860 07/10/2016	19 a 25.02.2016	6.5	33101000116000319	15.02.2016	19.806,15	LISBOA L. PORTUGAL	Participar do V Encontro de Jurisprudências de Língua Portuguesa sobre a família; Constituição e Família; As políticas públicas e o sinodo da Igreja católica sobre a família.	3.047,10	19.806,15	02.03.2016	0



094/2016	2744 19/04/2016	-	02 a 04.03.2016	2.5	33101000116000580	02.03.2016	3.808,90	BELEM - PA	Participar da reunião com os Procuradores Gerais de Contas	1.523,56	3.808,90	10.03.2016	0
094/2016	2744 19/04/2016	-	04 a 06.03.2016	2	33101000116000769	10/03/2016	3.047,12	BELEM - PA	Diferença da CD nº 027/2016.	1.523,56	3.047,12	10.03.2016	0
102/2016	2746 25/04/2016	-	14 a 19.03.2016	5.5	33101000116000831	23.02.2016	8.379,58	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos inerente	1523,56	8.379,58	22.03.2016	0
118/2016	2746 25/04/2016	-	22 a 22.03.2016	5	33101000116000947	22.03.2016	253,92	ALTO ALEGRE - RR	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.		253,92	08.04.2016	0
135/2016 374/2016	2746 25/04/2016 2836 01/09/2016	-	27 a 29.03.2016	2.5	33101000116001021	22.03.2016	3.808,90	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	3.808,90	08.04.2016	0
145/2016	2746 25/04/2016	-	05 a 07.04.2016	2.5	33101000116001544	08.04.2016	3.808,90	MANAUS - AM	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas	1523,56	3.808,90	11.04.2016	0
152/2016	2746 25/04/2016	-	13 a 16.04.2016	3.5	33101000116001560	08.04.2016	5.332,46	RIO DE JANEIRO - RJ	Participar do Seminário sobre Acordos de Leniência	1523,56	5.332,46	20.04.2016	0
156/2016	2746 25/04/2016	-	17 a 21.04.2016	4.5	33101000116001625	11.04.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	6.856,02	10.05.2016	0
183/2016	Viagem não realizada Portaria não publicada	-	15 a 22.05.2016	7.5	33101000116001722	20.04.2016	22.853,25	LISBOA - PORTUGUAL	Participar do II Seminário Ibero-americano de Direito e Controle.	3.047,10	22.853,25	23.05.2016	22.853,25
206/2016	2763 18/05/2016	-	13 a 23.05.2016	10.5	33101000116001870	09.05.2016	31.994,55	MIAMI - FLORIDA - EUA	Participar do JCGEM 30th Annual International Training Conference	3.047,10	31.994,55	30.05.2016	0
233/2016	2774 06/06/2016	-	22 a 26.05.2016	4.5	33101000116002087	13.05.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	6.856,02	10.06.2016	0
238/2016	2774 06/06/2016	-	30.05 a 02.06.2016	3.5	33101000116002214	30.05.2016	5.332,46	MANAUS - AM	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	5.332,46	06.06.2016	0
243/2016	2779 13/06/2016	-	05 a 08.06.2016	3.5	33101000116002389	02.06.2016	5.332,46	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	5.332,46	10.06.2016	0
270/2016	2779 13/06/2016	-	12 a 15.06.2016	3.5	33101000116002613	10.06.2016	5.332,46	BELEM - PA	Realizar visita institucional e técnica ao Ministério Público de Contas do Pará.	1523,56	5.332,46	08.07.2016	0
279/2016	2803 18/07/2016	-	28 a 30.06.2016	2	33101000116002761	10.06.2016	3.047,12	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1523,56	3.047,12	01.07.2016	0
292/2016	2805 20/07/2016	-	01 a 01.07.2016	5	33101000116002974	01.07.2016	253,92	MUCAJAI - RR	Realizar visita em nome técnico ao Ministério Público de Contas.	507,84	253,92	06.07.2016	0

PROCURADOR  
PAULO SERGIO  
OLIVEIRA DE  
SOUSA

GERAL DE  
CONTAS  
88000060  
001/2016





289/2016	2814	-	03 a 06.07.2016	2.5	33101000116003148	01.07.2016	3.808,90	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	3.808,90	08.07.2016	0
325/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	24 a 30.07.2016	6.5	33101000116003318	08.07.2016	9.903,14	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	9.903,14	08.08.2016	0
313/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	10 a 16.07.2016	6.5	33101000116003342	06.07.2016	9.903,14	BELEM - PA	Participar do Curso Pratico de Atualização e Aperfeiçoamento sobre Pregão Presencial e Eletrônico e Sistema de Registro de Preço.	1.523,56	9.903,14	20.07.2016	0
346/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	07 a 12.08.2016	5.5	33101000116003415	20.07.2016	8.379,58	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	8.379,58	15.08.2016	0
356/2016	2820 10/08/2016	-	31.07 a 03.08.2016	2.5	33101000116003555	29.07.2016	3.808,90	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	3.808,90	01.09.2016	0
370/2016	2836 01/09/2016	-	16 a 19.08.2016	3.5	33101000116003725	15.08.2016	5.332,46	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	5.332,46	01.09.2016	0
388/2016	2858 04/10/2016	-	08 a 17.09.2016	9.5	33101000116003814	31.08.2016	28.947,45	DUBLIN - IRLANDA	Participar do 21st Annual Conference & General Meeting of the International Association of Prosecutors	3.047,10	28.947,45	10.10.2016	0
391/2016	2852 26/09/2016	-	05 a 07.09.2016	2.5	33101000116003830	31.08.2016	3.808,90	RIO DE JANEIRO - RJ	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas	1.523,56	3.808,90	08.09.2016	0
395/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	24 a 28.10.2016	3.5	33101000116004098	01.09.2016	5.332,46	FLORIANOPOLIS - SC	Participar do XIII Congresso Nacional do Ministério Público de Contas.	1.523,56	5.332,46	31.10.2016	0
509/2016	2899 12/12/2016	-	22 a 25.11.2016	3.5	33101000116004861	25.10.2016	5.332,46	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas	1.523,56	5.332,46	01.12.2016	0
481/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	01 a 04.11.2016	3.5	33101000116005094	18.11.2016	10.664,85	WASHINGTON - USA	Participar do KCFM DC Forum Lancheon - Gestão das Finanças Públicas no Combate a Corrupção.	3.047,10	10.664,85	18.11.2016	0,00
511/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	27.11 a 01.12.2016	4.5	33101000116005124	18.11.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	6.856,02	01.12.2016	0,00
512/2016	Viagem não realizada. Portaria não publicada	-	08 a 12.11.2016	4.5	33101000116005132	18.11.2016	6.856,02	BRASILIA - DF	Tratar de assuntos deste Parquet de Contas.	1.523,56	6.856,02	18.11.2016	0,00

PAULO SERGIO OLIVEIRA DE SOUSA  
PROCURADOR GERAL DE CONTAS  
88000060  
001/2016





#### **4.6 Renúncias de Receitas sob a Gestão da UJ**

##### **4.6.1 Benefícios financeiros e creditícios**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.1.1 Benefícios financeiros e creditícios – Quantificação**

**Quadro 4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.2 Renúncias tributárias**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.2.1 Renúncias tributárias sob gestão ou estimadas e quantificadas pela UJ – Identificação**

**Quadro – 4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.2.2 Valores renunciados e contrapartida**

**Quadro 4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.2.3 Valores renunciados por tributo e gasto tributário**

**Quadro 4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário –**

Não se aplica ao MPC

##### **4.6.2.4 Contribuintes beneficiados pela renúncia**

**Quadro 4.6.2.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia –  
Pessoas Físicas**

Não se aplica ao MPC

**Quadro 4.6.2.5 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia –  
Pessoas Jurídicas**

Não se aplica ao MPC





#### **4.6.2.5 Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária**

##### **Quadro 4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas**

Não se aplica ao MPC

##### **Quadro 4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas**

Não se aplica ao MPC



**5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.**

**5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE**

**5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada**

Acerca dos dados relacionados ao Item 5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada, do Anexo III da IN 005/2014, apresentamos os quadros a seguir:

**5.1.1.1 – Lotação**

**QUADRO 5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias dos Cargos	Quantitativo de cargos previsto em Lei	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	4	4	3	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	22	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	0	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	Não há	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>Não há</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>17</b>	<b>16</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>88</b>	<b>88</b>	<b>65</b>	<b>17</b>	<b>16</b>

Fonte: DRH/MPC-RR – Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

**5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

**QUADRO 5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>



3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) Licença Maternidade</b>	1
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	1

Fonte: DRH/MPC-RR – Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

## 5.1.2 Qualificação da força de trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

**QUADRO 5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>				
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	38	1	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	22	0	0	0
1.2.2. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	7	1	3
1.2.3. Sem Vínculo	62	62	17	16
1.2.4. Aposentados	não há	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	3	0	0
2.2. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>17</b>	<b>16</b>

Fonte: DRH/MPC-RR – Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

### 5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada por faixa etária

**QUADRO 5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	2	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					



2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	24	4	0	1
2.3. Funções Gratificadas		2	1		
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>26</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: DRH/MPC-RR – Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima



**5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada por nível de escolaridade**

**QUADRO 5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos						2			1
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					5	27	5	1	
2.3. Funções Gratificadas						2			1
<b>3. Totais (1+2)</b>					5	31	5	1	2

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Fundamental incompleto; 4 - Fundamental; 5 - Médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado.

Fonte: DRH/MPC-RR – Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

**5.1.3 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas**

**5.1.3.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada**

**Quadro 5.1.3.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro**

Não se aplica ao MPC

**5.1.3.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada**

**Quadro 5.1.3.2 - Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12**

Não se aplica ao MPC

**5.1.4 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos**

Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal:

Exigência de declaração de cada servidor, quando da ocasião de sua nomeação, de não acúmulo remunerado de cargos, funções e empregos públicos. Tais declarações são renovadas anualmente, como forma de se detectar possível acumulação vedada pela Constituição Federal





(art. 37, incisos XVI e XVII). Não há servidores que se enquadrem na referida situação descrita neste item.

#### **5.1.4.1 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos**

Não há servidores que se enquadrem na referida situação descrita neste item.

#### **5.1.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**

O Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público de Contas de Roraima tem como meta para o exercício de 2017 a concretização da aplicação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Estão previstas as aplicações de indicadores como o absenteísmo e a rotatividade para a partir desses dados ser elaborada análise sobre custos e clima organizacional com possibilidade de ganhos reais de produtividade e qualidade a partir de ações estratégicas de atração e retenção de talentos e de melhoria dos ambientes de trabalho.

Não foram identificados casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, havendo preocupação com a prevenção de tais eventos, em função da necessidade de preservação da saúde e da dignidade do trabalhador que afetam diretamente a produtividade, a qualidade e as despesas.

Há também a previsão de concretização de políticas de Recursos Humanos com o objetivo de aumentar a qualidade do ambiente organizacional, aumentando o grau de satisfação, integração e disposição dos servidores integrantes do Ministério Público de Contas de Roraima. Nessa categoria de indicadores estão previstas ações para avaliar os graus de satisfação dos servidores com os colegas de trabalho do mesmo nível hierárquico, com seus superiores, com as políticas e práticas de recursos humanos e com a organização.

Já se encontra em elaboração indicadores de educação continuada ou de treinamento, levando em conta cursos e seminários realizados pelos servidores, que serão utilizados para avaliar os investimentos financeiros, o tempo e a qualidade dos processos de qualificação e desenvolvimento da força de trabalho. Neste particular, será analisada a expectativa e cobrança de resultados, tendo em vista a necessidade de manter e ampliar o acervo de conhecimentos e competências dos servidores do Ministério Público de Contas de Roraima.

## **5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

### **5.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão**



**Quadro 5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada**

Não se aplica ao MPC

**5.2.2 Autorizações expedidas para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados**

**Quadro 5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados**

Não se aplica ao MPC

**5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância pela UJ**

**QUADRO 5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Ministério Público de Contas													
UG/Gestão: 33.101						CNPJ: 14.834.504/0001-11							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	001/2013 (7º Termo Aditivo)	84.013.994/0001-70	29/07/2016	29/07/2017	5	4	0	0	0	0	P
<b>Observações:</b> O contrato 001/2013 regula a contratação de serviços de limpeza e copéiragem e já teve sete termos aditivos.													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Fiscal de Contrato/MPC-RR													



**5.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão**

**Quadro 5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Não se aplica ao MPC

**5.2.5 Análise crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4**

Por se tratar de um processo antigo, e o mesmo não estar mais nos atendendo de forma eficaz, informo que já se encontra em aberto processo administrativo, para licitação da contratação do serviço.

Análise do item 5.2.4 prejudicada por não existir contratos que se enquadrem em nenhuma das situações descrita no referido quadro.

**5.2.6 Composição do quadro de estagiários**

**QUADRO 5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

O MPC no exercício de 2016 não teve quadro de estagiários, teve apenas um convênio com o CIEE – Centro de Integração de Empresa e Escola, com 3 estagiários para a atividade meio. Para a atividade fim, o MPC promoveu o primeiro concurso para o preenchimento de vagas de estágio na área de Direito.



## 6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 Imobiliário

#### 6.1.1 Informações gerais requeridas

Num. processo	Quant. imóveis, (por tipo)	Quant. imóveis, (situação cadastral)	Total avaliação dos imóveis	Quant. Imóveis (localização)	Quant. imóveis (situação cartorial)	Quant. imóveis (emissão de cadastros)	Quant. imóveis (por ocupação)
02	02	02	-	01	02	02	01

#### 6.1.2 Imóveis que estejam sob a responsabilidade da unidade

O MPC não tem nenhum imóvel sob sua responsabilidade, somente imóvel alugado, conforme item 6.1.3

#### 6.1.3 Imóveis locados de terceiros

<b>Localização:</b>	Rua Coronel Pinto, nº 248 - Centro - CEP: 69.301-150 Boa Vista – Roraima.	
<b>Finalidade:</b>	Sede das atividades administrativas e finalísticas do MPC	
<b>Custos:</b>	Aluguel: R\$ 166.042,03*	Manutenção: R\$ 0,0

\* O Ministério Público de Contas tem sua sede situada em Boa Vista em um prédio alugado por meio do Processo nº 032/2012 - contrato 011/2012 e Termos aditivos de Amauri Ferreira dos Santos no mês de julho a dezembro/2015 e janeiro/2016 pagos no exercício de 2016.

<b>Localização:</b>	Rua Av. Glaycon de Paiva, nº1474 – Mecejana- CEP: 69.304-560 – Boa Vista –Roraima.	
<b>Finalidade:</b>	Sede das atividades administrativas e finalísticas do MPC	
<b>Custos:</b>	Aluguel: R\$ 500.000,00*	Manutenção: R\$ 0,0

\* O Ministério Público de Contas tem sua sede situada em Boa Vista em um prédio um prédio alugado por meio do Processo nº 103/2015 - contrato 001/2016 e Termos aditivos de Anderson Lima Paracat e Walker de Oliveira Thomé nos meses de fevereiro novembro/2016 pagos no exercício de 2016.

### 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

#### 6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

##### Quadro 6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade do estado/município

Não se aplica ao MPC

#### 6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional



**Quadro 6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade do estado/município sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

Não se aplica ao MPC

**6.2.3 Discriminação de imóveis funcionais do Estado/Município sob responsabilidade da UJ**

**Quadro 6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais do estado/município sob responsabilidade da UJ**

Não se aplica ao MPC

**6.2.4 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros**

**QUADRO 6.2.4 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS PELO ESTADO/MUNICÍPIO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS PELO ESTADO/MUNICÍPIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
ESTADO	Município Boa Vista	02	01
	Município 2	-	-
	Município "n"	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>01</b>
MUNICÍPIO	Sede	-	-
	Vila/distrito	-	-
	Vicinal 1	-	-
	Vicinal 2	-	-
	Vicinal "n"	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: DEAD – Departamento de Administração

**Análise Crítica:**

O Ministério Público de Contas tem sua sede situada em Boa Vista em um prédio alugado por meio do Processo nº 032/2012 - contrato 011/2012 e Termo aditivo de Amauri Ferreira dos Santos até o mês de janeiro/2016, como também, um prédio alugado por meio do Processo nº 103/2015 - contrato 001/2016 e Termos aditivos de Anderson Lima Paracat e Walker de Oliveira Thomé nos meses de fevereiro a dezembro/2016.





### 6.3 Mobiliário

#### 6.3.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

##### 6.3.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da unidade jurisdicionada

###### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Os veículos do Ministério público de Contas e utilizado para realização das demandas e atividades administrativos institucionais do órgão.

###### b) Importância e impacto da frota de veículos

A aquisição do veículo ocorreu a partir da necessidade diária de locomoção de servidores no desempenho de suas funções. Tendo em vista esse tipo de utilização, a compra do automóvel, no longo prazo, significou uma economia substancial em comparação à possível locação.

###### c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ;

Quantidade	Tipo do Veículo	Especificações do Veículo	Categoria
01	Nissan Frontier	Modelo tipo utilitário para transporte de passageiros. Capacidade de 07 pessoas (incluindo motorista). Duas portas dianteiras laterais, uma porta corredeira lateral e uma porta traseira bipartida.	Veículos de transporte institucional
01	<b>Total</b>		

###### d) Média anual de quilômetros rodados

Tipo do Veículo	Placa	Quilometragem Anual
Nissan Frontier	NOS 4612	8.430 km

###### e) Idade média da frota, por grupo de veículos

A idade do veículo é de 03 anos.

###### f) Custos associados à manutenção da frota



Combustíveis	Revisões e manutenções	Seguros obrigatórios
R\$ 3.836,60	R\$ 1.229,00	R\$ 2.194,97
<b>Responsável:</b>	Jair Antônio Moraes de Macêdo	

**g) Quanto à manutenção**

Razão social	Nome de fantasia	CNPJ	Endereço
Marlin Autos Ltda	Marlin Autos	18.684.751/0001-30	Rua 7 de setembro, 370 A sala 02 Canarinho Boa Vista – RR Cep.: 69.306-530

**h) forma de contratação, nº do processo licitatório**

Contratação	Nº Processo
Inexigibilidade	017/2014

**i) Plano de substituição da frota**

O MPC não possui um plano de substituição de frota, já que se trata de veículo ainda seminovo.

**j) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação**

O custo com a locação é superior ao custo com a aquisição, tendo em vista que a idade média do veículo é de 5 anos.

**k) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**

O MPC não dispõe de uma estrutura de controle para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

**6.3.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros**



O MPC não possui veículos automotores contratados de terceiros.

### **6.3.2 Veículo de representação**

O MPC não possui veículos de representação.



## 7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).

#### 7.1.1 Gestão da tecnologia da informação - TI

**Quadro 7.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada**

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliar nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2014
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2014, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2014, por iniciativa da própria instituição:</b>	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2014.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.



<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI prioritizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
As questões relacionadas têm foco amplo no planejamento e pouco se detem em questões como o pleno funcionamento dos ativos de TI do órgão, como computadores, impressoras, sistemas, infraestrutura de rede, Internet e Intranet, ou se alguma atividade dependente de TI teve sua execução prejudicada por alguma razão.	

### 7.1.2 Análise crítica

As questões são claras no seu objetivo, no entanto a única pessoa que desempenhava suas atividades na área de TI não está mais presente para responder às questões e as informações obtidas para o seu preenchimento foram de conversas rápidas com o ex-servidor da TI deste órgão.

O conjunto das atividades para manter a TI do órgão em funcionamento, inclusive planejamento, compras, recebimento e fiscalização de contratos, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva de todos os ativos de TI, dentre outros, são atividades essenciais mas que quando executadas por uma única pessoa poderá deixar alguns controles prejudicados.





## 8 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 8.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCE/RR

#### 8.1.1 Deliberações do TCE/RR atendidas no exercício

##### QUADRO 8.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCE ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Não houve deliberação exarada em tratamento de acórdão do TCE/RR.

#### 8.1.2 Deliberações do TCE/RR pendentes de atendimento ao final do exercício

##### QUADRO 8.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCE QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Não houve deliberação exarada em tratamento de acórdão do TCE/RR.

### 8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno - OCI

#### 8.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

##### QUADRO 8.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: REGULAMENTAÇÃO DE DIÁRIAS			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Orientação nº 01/2016/COINTER/MPC		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA			
Descrição da Recomendação			
Visando unificar os procedimentos para pagamento de diárias, fora editadas a RESOLUÇÃO Nº001/2016/MPC/CS, disciplinando normas de suma importância.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Gabinete de procuradores			
Síntese da Providência Adotada			
Publicação no DOE 2676 de 06 de janeiro de 2016			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Nova sistemática para solicitação/pagamento de diárias			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

FONTE: Assessoria De Controle Interno – COINTER/RR

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: FLUXOGRAMA DE PROCESSOS			



Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Orientação nº 02/2016/COINTER/MPC		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Encaminhamento de processos de qualquer natureza ao setor de Controle Interno antes de efetuar o pagamento.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			
DIGER – Diretoria Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Todos processos internos são encaminhados para o setor de Controle Interno.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Foi sanado qualquer irregularidade, erros e possíveis ajustes para regularização processual antes de efetuar o pagamento.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Diminuiu consideravelmente falhas e erros dentro dos processos.			

FONTE: Assessoria De Controle Interno – COINTER/RR

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: PORTAL DA TRANSPARENCIA			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Orientação nº 03/2016/COINTER/MPC		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA			
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Atualização constante do site oficial deste Parquet de Contas			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			
DIGER – Diretoria Geral			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Os conteúdos a serem publicados no site oficial deverão ser encaminhados para a DIGER			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Atualização do site oficial			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Transparência da Gestão			

FONTE: Assessoria De Controle Interno – COINTER/RR

## 8.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

### QUADRO 8.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Todas as recomendações/orientações expedidas pelo Órgão de Controle Interno no exercício de 2016 foram atendidas.

## 8.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna



Esse Controle Interno tem atribuições deliberadas através da Lei nº 925/2013. Não há uma Normatização que defina a atuação pois em função da estruturação recente do órgão, ainda não foi implantada

#### **8.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário**

##### **Quadro 8.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014**

Não houve medidas adotadas, pois não houve danos ao erário nos processos analisados.



## 9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

No ano de 2016, a Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Contas de Roraima (Ascom/MPCRR) ampliou os mecanismos de relacionamento com a sociedade, intensificando a utilização de ferramentas da internet como sítio de armazenamento de notícias, redes sociais com página pública no facebook.

Um fato importante é a frequente atualização da página pública do órgão no facebook, com notícias de relevante interesse público. Nessa ferramenta de interatividade, é possível receber reclamações, sugestões, denúncias, provas e, até mesmo, medir o nível de satisfação dos internautas com os trabalhos desenvolvidos pelo MPC/RR.

Outra ferramenta que este parque de Contas disponibiliza para a população é o site institucional [www.mpc.rr.gov.br](http://www.mpc.rr.gov.br). Onde são postadas notícias com o intuito de manter a população informada sobre as ações realizadas pelo MPC/RR. No site é disponibilizado o portal da transparência onde constam informações internas como: cargos, representações, manifestações, pareceres, recomendações e editais.

Na relação com a imprensa, foram produzidos por esta Ascom, encaminhados aos veículos de comunicação do Estado e postados no site de notícias, 25 releases, conforme abaixo descritos:

- MPC abre vagas para estagiários remunerado, na área de direito
- Inscrições para processo seletivo de estagiários encerram na próxima sexta-feira
- Provas para estágio acontece no próximo domingo
- Provas para estágio aconteceram domingo
- MPC divulga resultado do processo seletivo para estagiários de Direito
- MPC convoca Estagiários aprovado no último concurso
- MPC entrega alimentos a entidades filantrópicas
- MPC divulga produtividade do primeiro quadrimestre 2016
- Ministério Público de Contas realiza diligência para apurar denúncias de fraudes na prefeitura do Alto Alegre
- Nota coberta Alto Alegre
- TCE completa 25 anos de instalação em Roraima
- MPC recebe exposição de arte
- Lançamento da pedra fundamental das obras da nova sede TCE
- Investigação realizada pelo MPC constata fraudes em licitações





- MPC investiga situação financeira do Estado.
- MPC recomenda exoneração de servidora da Codesaima
- MPC descobre fraudes em contrato milionário da Secretaria de Educação
- MPC adere campanha Setembro Amarelo
- Termo de Cooperação Roraima e Alagoas
- Procurador-Geral é homenageado pela Câmara Municipal de Boa Vista
- Visita Técnica TCE-SP
- MPC de Roraima adere à campanha Outubro Rosa
- MPC/RR lança projeto Fio de Esperança em parceria com Prefeitura de Boa Vista
- Sai lista triplíce para novo procurador-geral de Contas de Roraima
- STJ designa oitiva de testemunhas para apurar denúncias contra Conselheiro do TCE/RR

Vale ressaltar ainda a roteirização, produção e distribuição nas redes sociais, de um vídeo sobre a diligência realizada por este *Parquet* no Município do Alto Alegre.

Os antigos mecanismos de interação com a população não cessaram, sendo possível ainda a utilização de cartas via correios, protocolo de atendimento presencial que continuam sendo feitos na sede do MPC, localizado na Av. Glaycon de Paiva, 1474, Mecejana, CEP 69.304.560. Nesse contexto, foram registradas no exercício de 2016, 438 pareceres, 62 manifestações, 29 representações e 18 recomendações.

Duas diligências foram realizadas por este *Parquet* de Contas: uma no Município de Alto Alegre relacionada a irregularidades na lotação de servidores, existência de funcionários “fantasmas”, fraude na folha de pagamento, fraude em licitação na aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares e processo de aquisição de merenda escolar. Daí resultaram quatro representações deste MPC ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima e quatro representações encaminhadas ao Ministério Público Estadual.

A segunda diligência foi realizada no Município de Mucajai, a investigação foi desempenhada para apurar possíveis práticas de irregularidades ocorridas na Prefeitura daquele Município como: nepotismo, dilapidação de patrimônio público, aplicação ilegal de recursos públicos, ausência de médicos e medicamentos para o atendimento aos usuários e outros.

O Ministério Público de Contas atuou também nas seguintes demandas:

1. MPC recomenda exoneração de diretora administrativa da Codesaima.
2. MPC descobre fraudes em contrato milionário da Secretaria de Educação





### 3. MPC investiga situação financeira do Estado.

Outro ponto que vale ressaltar foi o primeiro concurso para o preenchimento de vagas de estágio na área de Direito. A prova foi realizada pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e, ao todo, 62 acadêmicos de Direito se inscreveram para disputar três vagas, resultando numa concorrência de 20 alunos por vaga.

2016 também foi um ano de parcerias, onde o Ministério Público de Contas de Roraima (MPC/RR) e o Centro Universidade de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) firmaram termo de cooperação técnica com a finalidade de implantar programas destinados a atualização das Ciências Jurídicas e do Direito.

Outra parceria firmada por este *Paquet* de Contas foi com o Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas. A parceria teve como objetivo, trocar experiências administrativas e implementação de tecnologia de ponta, promovendo a defesa da autonomia de ambos os órgãos ministeriais.

### **Responsabilidade social**

Das ações realizadas no ano de 2016 pelo MPC/RR destaca-se o projeto “Fio de Esperança”, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista, que teve como finalidade auxiliar na formação de uma nova geração com caráter cidadão mais crítico e atuante, capaz de modificar a realidade futura, bem como despertar nas crianças do nível fundamental da rede regular de ensino, o interesse em discutir assuntos como: combate a corrupção, preservação do bem e do erário público como dever do cidadão.

Outra ação relevante que tange responsabilidade social pelo MP de Contas foi à entrega de alimentos a entidades filantrópicas. Os alimentos foram arrecadados por ocasião da inscrição do processo seletivo realizado pelo MPC para estagiários de Direito, cujo edital estabelecia como requisito obrigatório, a doação de alimentos não perecíveis.

Três instituições foram beneficiadas:

1. Casa Timóteo, unidade do lar Fabiano de Cristo, que atualmente atende mais de 200 crianças e famílias carentes do bairro Nova Cidade, localizado na Zona Oeste da Cidade.
2. Associação Beneficente ao Portador de Câncer (ABPC), situada no bairro Tancredo Neves, que atende jovens e adultos diagnosticados com a doença. A unidade presta assistência também a pacientes do interior do Estado e outros países, como a



Venezuela, garantindo hospedagem, alimentação e atendimento médico-hospitalar às pessoas com câncer.

3. Associação Grupo de Mães Anjos de Luz, que dá assistência às crianças com deficiência, na capital e interior.

Outras ações de responsabilidade social realizadas pelo MPC/RR foram as campanhas:

Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul

Setembro Amarelo: Uma campanha nacional aderida pelo MPC/RR, com o objetivo de conscientizar sobre a prevenção do suicídio, buscando alertar a população a respeito da realidade dessa prática. Foram distribuídos panfletos informativos e também realizada uma caminhada denominada “caminhada pela vida” que aconteceu na praça das águas.

As campanhas Outubro Rosa e o Novembro Azul foram realizadas internamente, disponibilizando aos servidores do órgão panfletos informativos e diálogos.

Vale ressaltar também que, há quatro anos, este *Parquet* de Contas realiza o Natal Solidário. A ação acontece no abrigo Pedra Pintada, instituição que acolhe crianças de 0 a 12 anos.

### **Cerimonial**

Uma atribuição importante e que merece destaque foi a efetiva implantação do setor de Cerimonial que, por força de lei, está diretamente ligado à Ascom.

Todos os eventos realizados pelo MPC/RR para a comunidade em geral e servidores, durante o ano de 2016, tiveram a indispensável participação e atuação do cerimonial, como por exemplo: Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Festas Juninas, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Servidor Público, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Natal solidário, além da organização e entrega de alimentos à entidades filantrópicas, como especificado acima.



## **10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**

O Ministério Público de Contas do Estado de Roraima obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16.9 e NBC T 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, ambas de 21 de novembro de 2008.

A metodologia utilizada para realizar a avaliação e mensuração de Ativos e Passivos no âmbito do MPC/RR é aquela definida pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC nºs 1.137, de 21 de novembro de 2008, notadamente quanto aos seguintes critérios e procedimentos:

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

### **10.2 Declaração do contador atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis**

Declaração com ressalva, realizada pela contadora Monica Cristina dos Santos Rangel, CRC nº 1262-9, conforme quadro A.10.2.1:

#### **10.2.1 Declaração plena**

**QUADRO 10.2.1- DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

ANEXO

### **10.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e suas alterações.**

ANEXO



**10.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976**

ANEXO

**10.5 Composição Acionária das Empresas Estatais**

Não se aplica ao MPC

**10.5.1 Composição acionária do capital social como investida**

QUADRO 10.5.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Não se aplica ao MPC

**10.5.2 Composição acionária da UJ como investidora**

Quadro 10.5.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

Não se aplica ao MPC

**10.6 Relatório de Auditoria Independente**

Não se aplica ao MPC



## 11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A transparência nos resultados e na forma de atuação do MPC/RR é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o MP de Contas busca facilitar o acesso à informação referente às suas atividades e, entre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

**Figura V – Instrumentos De Divulgação E Transparência Do MPC/RR**



O cidadão conta, ainda, por meio do Portal de Acesso à Informação, com a possibilidade de acessar informações públicas disponibilizadas pelo MPC/RR em cumprimento à Lei nº 12.527, de 2011. Essa lei, denominada “Lei de Acesso à Informação”, que garante ao cidadão brasileiro o acesso às informações públicas sob guarda do Estado, conforme previsto na Constituição Federal, e torna possível ainda uma maior participação popular e facilita o controle social das ações governamentais. Na página de acesso à informação, estão disponíveis informações sobre as contas do MPC/RR, licitações e contratos, relatórios de gestão e outros temas de interesse da sociedade, são informações úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com satisfação que registro o desempenho do Ministério Público de Contas no exercício de 2016, ano de gestão do Procurador Geral de Contas Paulo Sérgio Oliveira de Sousa.

O MPC tem como missão institucional zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo. O cumprimento da sua missão e a complexidade dos tempos modernos exigem do MPC o constante aprimoramento da estrutura e da forma de atuação, dando continuidade ao propósito de fortalecer a excelência no exercício do controle externo.

Este relatório destaca algumas ações realizadas por este Parquet de Contas, que são apenas alguns resultados decorrentes da ação de controle, os quais reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.

Por fim, ressaltamos que o desempenho do MPC no ano de 2016 somente foi possível por meio da efetiva participação das autoridades desta Casa, da adesão do corpo funcional, do trabalho em equipe e do efetivo atendimento do dever constitucional de zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos em prol da sociedade.